



ACÓRDÃO Nº864/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12957/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Careiro da Várzea.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Arnaldo Alves Bandeira (Ordenador de Despesa), Jacob Pereira da Silva (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Renata Andréa Cabral Pestana Vieira - OAB/AM 3.149.
- 7- **Unidade Técnica:** DICARP, DICOP e DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1758/2023-DIMP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Careiro da Várzea. Exercício de 2020.

Regularidade com ressalvas. Regularidade. Multa. Revelia. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "A", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Careiro da Várzea, sob a responsabilidade do **Sr. Jacob Pereira da Silva**, exercício 2020, no período de 01/01/2020 a 09/12/2020, nos termos art. 22. II, da Lei Estadual nº 2.423/96, em razão da impropriedade constante na Restrição nº 23-B e 24-F, “Ausência de comprovação de regularidade de débitos fiscais do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, conforme dispõe o art. 29, inciso IV da nº 8.666/93,” da Notificação nº 12/2021-CI-DICAMI;
- 10.2. **Julgar regular** a Prestação de Contas do **Sr. Arnaldo Alves Bandeira**, responsável pela Câmara Municipal de Careiro da Várzea, exercício 2020, no período de 10/12/2020 a 31/12/2020, nos termos do art. 22, I, da Lei nº 2423/96, c/c o art. 188, §1º, I, da Resolução nº 04/02-TCE/AM;
- 10.3. **Aplicar multa** ao **Sr. Jacob Pereira da Silva**, Gestor da Câmara Municipal de Careiro da Várzea, exercício 2020, no período de 01/01/2020 a 09/12/2020, na forma do art. 54º, VI, da Lei nº 2.423/96, no



ACÓRDÃO Nº864/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

valor de **R\$ 14.654,39** (quatorze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) e fixar prazo de **30 (trinta) dias**, para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "A", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação, firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.4. Considerar revel o Sr. Arnaldo Alves Bandeira**, Presidente da Câmara de Careiro da Várzea, exercício 2020, no período de 10/12/2020 a 31/12/2020, para todos os efeitos, nos termos do art. 20, §4º, da Lei nº 2.423/96-LOTCE/AM c/c art. 88, da Resolução nº 04/2002- RITCE/AM;
- 10.5. Dar ciência ao Sr. Jacob Pereira da Silva**, Gestor da Câmara Municipal de Careiro da Várzea, exercício 2020, no período de 01/01/2020 a 09/12/2020, acerca da decisão, ficando autorizado a emissão de uma nova notificação aos Interessados caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, porventura persistir a problemática, para não existir dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já, autoriza-se a comunicação via edital nos termos do art. 97 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM);
- 10.6. Dar ciência ao Sr. Arnaldo Alves Bandeira**, Presidente da Câmara de Careiro da Várzea, exercício 2020, no período de 10/12/2020 a 31/12/2020, acerca da decisão, ficando autorizado a emissão de uma nova notificação aos interessados caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não existir dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já, autoriza-se a comunicação via edital nos termos do art. 97 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM).



ACÓRDÃO Nº864/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 15ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 9 de Maio de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente - não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra.Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral